INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Departamento de Comunicação

Clipping

Veículo: GaúchaZH
Data: 28/06/2019
Local/Abrangência: Estadual
Editoria/Coluna: Educação e Trabalho
Link/página: https://bit.ly/30frllr

ENSINO

MEC atrasa repasse de verbas para educação

Mais de uma dezena de programas do governo federal destinados a financiar creches, transporte e reforma de escolas não receberam um centavo até a primeira quinzena do mês de maio

28/06/2019 - 20h04min
Atualizada em 28/06/2019 - 21h46min

MARCEL HARTMANN

Na zona sul da Capital, obras de creche que atenderia 166 crianças estão paradas
Félix Zucco / Agência RBS

Por todo o Brasil, neste ano, Estados e municípios ainda não viram cair na conta verbas que, a esta altura do ano, já deveriam ter sido repassadas pelo governo federal para a educação. Ao menos 14 programas focados na Educação Básica — anunciada como prioridade da gestão do presidente Jair Bolsonaro — e no Ensino Superior não receberam, até o dia 13 de maio, sequer um centavo do Ministério da Educação (MEC), comandado pelo ministro Abraham Weintraub.

MAIS LIDA

Idoso morre em incênd em apartamento de Por Alegre

Previsão do tempo no F após temperatura nega frio se intensifica no Estado

A mudança de rumo no projeto de contratações Grêmio

Acordo com a União Europeia exigirá modernização da indús gaúcha

Baterista sofre AVC em show e continua tocand em festival na Inglaterr

RECOMEN

7 dicas para dormir mell segundo especialista

LEIA MAIS

Ministério da Educação pretende fazer Enem digital em 2020

Justiça Federal decide que MEC pode contingenciar verba de universidades federais

Não são valores que o governo federal é obrigado por lei a aplicar, mas que fazem a diferença em sala de aula, uma vez que poderiam ser investidos em compra de livros didáticos, de ônibus escolares ou na construção de creches e reforma de escolas, por exemplo.

Segundo especialistas, o normal é que a União repasse verbas ao longo do ano em ritmo constante, e não de forma acumulada na reta final. Portanto, em vários programas, as escolas já deveriam ter recebido, até 13 de maio, proporcionalmente, cerca de 36% do valor autorizado para repasse no ano. Em nota enviada à reportagem, o MEC diz que "o contingenciamento orçamentário no âmbito do Poder Executivo Federal ocorre ao longo de todos os exercícios fiscais" e que, portanto, "todos os poderes e órgãos, inclusive aqueles que dispõem de autonomia financeira e orçamentária, estão sujeitos à limitação de empenho e movimentação financeira, caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas estabelecidas".

A pasta informa ainda que "caso o cenário econômico melhore no segundo semestre de 2019, os valores serão reavaliados pelo Ministério da Economia, podendo resultar em aumento nos limites de movimentação e empenho, bem como na ampliação na autorização de gastos".

GaúchaZH analisou os valores que o MEC investiu em políticas públicas neste primeiro semestre de 2019, com base nos dados mais recentes do site da Câmara dos Deputados, que tem informações até 13 de maio. No intervalo, a pasta sofreu congelamento de R$ 5,8 bilhões — dos quais R$ 1,7 bilhão focou o Ensino Superior federal, sobretudo universidades.

— A ausência de pessoas especialistas na área de educação dificulta a execução orçamentária e gera um MEC esvaziado. Se o orçamento foi aprovado pela Câmara, mas o governo não está executando as políticas públicas, há um problema. Se há contingenciamento, não há o que fazer além de reclamar e questionar via Tribunal de Contas — destaca Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que apresentou relatório sobre o atraso nos repasses em audiência pública na Câmara dos Deputados na semana passada.

Os programas do MEC que não receberam nenhuma verba até 13 de maio

Programa	Área	Valor autorizado para 2019
Apoio à implantação de novas creches	Educação Infantil	R$ 30,5 milhões
Compras de novos ônibus	Transporte	R$ 313,5 milhões
Manutenção de contrato de gestão com organizações sociais	Geral	R$ 343,4 milhões
Apoio a iniciativas de valorização da diversidade, de promoção dos direitos humanos e de inclusão	Diversidade	R$ 1 milhão
Apoio à alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	EJA	R$ 34 milhões
Concessão de bolsas à Educação de Jovens e Adultos	EJA	R$ 40 milhões
Expansão da rede federal de educação profissional	Educação profissional	R$ 255,2 milhões
Apoio ao funcionamento da rede federal de educação profissional	Educação Profissional	R$ 72,6 milhões
Apoio ao funcionamento das instituições federais de educação	Educação Profissional	R$ 264,2 milhões
Apoio à rede pública não federal de educação profissional	Educação Profissional	R$ 32,2 milhões
Apoio a entidades de ensino superior não federais	Ensino Superior	R$ 101,2 milhões
Construção de prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	Ensino Superior	R$ 26 milhões
Implantação do novo campus do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	Ensino Superior	R$ 10 milhões
Expansão das instituições federais de ensino superior	Ensino Superior	R$ 285,2 milhões

A Câmara fiscaliza a execução orçamentária do Executivo — isto é, se o governo federal está aplicando os recursos disponibilizados a partir de 1º de janeiro. O orçamento é aprovado no ano anterior pelos deputados federais e sancionado pelo presidente em exercício — no caso atual, o "sim" veio do ex-presidente Michel Temer.

— Uma olhada geral mostra que os programas com execução em ritmo normal são de transferência obrigatória por lei ou são programas importantes, que governadores e prefeitos cobram o envio de recursos. De resto, o MEC está paralisado. Só não existe uma crise imensa no Brasil porque, dos 6% do PIB (Produto Interno Bruto) investidos na educação, 4,8% vêm de Estados e municípios, enquanto 1,2% da União — avalia Nelson Cardoso Amaral, professor de financiamento escolar na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Programas que estão sem repasse ou abaixo do previsto

Entre os programas com atraso no repasse, estão o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que só recebeu 0,05% do R$ 1,9 bilhão previsto para 2019. Um programa de expansão de institutos federais de Ensino Superior, com previsão de receber R$ 285,2 milhões, ainda não teve um centavo. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), importante ao dar liberdade para que diretores paguem gastos do dia a dia, teve 15,3% da transferência — já passado um terço do ano. A manutenção de contratos com organizações sociais também não recebeu nada dos R$ 343,4 milhões disponíveis para o ano.

LEIA MAIS

"Não há condição de manter a atual estrutura de educação pública", diz ministro Abraham Weintraub

Orçamento do MEC tem perdas reais desde 2015 após série de cortes

— Alguns programas estratégicos estão claramente travados. Nem dá para dizer que o corte é na Educação Superior para privilegiar a Educação Básica, porque o MEC está cortando verba de investimento para expansão da rede federal e, na Educação Básica, para compra de equipamento e reforma. O governo federal entra, proporcionalmente, com pouco dinheiro na Educação Básica, mas é um pouco que faz a diferença para tocar uma reforma ou comprar livros e computadores — diz José Marcelino de Rezende Pinto, professor de política e gestão educacional na Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

Três programas tiveram maior repasse: são aqueles que pagam questões importantes como merenda e transporte. Mesmo assim, estão com atraso. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que subsidia a refeição de estudantes da escola pública, recebeu 33,6% do valor do ano. Já a verba para pagar combustível e vans terceirizadas, que vem do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), recebeu do MEC 27,1% do dinheiro total do ano. Para efeito de comparação, 13 de maio, o último dia acompanhado pela Câmara, representa cerca de 36% do ano.

— O contingenciamento está sendo aplicado nas despesas não obrigatórias. O que é obrigatório, como Fundeb, merenda e transporte, está com transferência razoável. Há uma carência de vagas na Educação Infantil e o programa de apoio à implementação de novas creches está zerado. Você olha o programa de manutenção de creches, destinado a mantê-las após a construção, está com 62,7% de repasse, o que pode parecer bom. Mas isso só ocorre porque o valor disponibilizado é pequeno e vem diminuindo desde 2015 — diz Mariza Abreu, consultora na Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e ex-secretária da Educação do Rio Grande do Sul na gestão Yeda Crusius.

> ***Só não existe uma crise imensa no Brasil porque, dos 6% do PIB (Produto Interno Bruto) investidos na educação, 4,8% vêm de Estados e municípios, enquanto 1,2% da União.***
>
> NELSON CARDOSO AMARAL
> Professor de financiamento escolar na Universidade Federal de Goiás (UFG)

O programa com repasse adiantado tem obrigatoriedade por lei: é o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), sem o qual a educação brasileira entraria em colapso. Aplicado no dia a dia das escolas, ele já recebeu 42,1% em relação ao total do ano.

A pedido da reportagem, os professores Gregório Grisa e Tatiana Weber, professores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), verificaram se o MEC de Bolsonaro está reduzindo os gastos nos primeiros cinco meses do ano em comparação ao ano anterior, no governo Michel Temer. O resultado mostra que o governo federal reduziu em 4,3% as despesas não obrigatórias, mas precisou desembolsar mais 4% nas despesas obrigatórias. Os dados são do Tesouro Gerencial.

— A intenção do MEC é reduzir o que pode. Mexer no que é obrigatório implica em mudar lei ou na Previdência. Há uma frustração em relação à previsão de crescimento da economia brasileira, o que significa menor arrecadação. É um cenário difícil para organizar o orçamento público — afirma Gregório Grisa, pesquisador na área de políticas educacionais. — A previsão de uma arrecadação pior e as constantes crises que marcaram o ministério no começo desse ano ajudam a explicar esses problemas orçamentários. Certa rigidez pode explicar o "dinheiro parado". Soma-se a isso a falta de planejamento interno do MEC e o resultado é péssimo: muitas redes de ensino, instituições e programas ficam desassistidos. No fim, são os alunos de todas idades e professores da ponta que mais são atingidos.

Gastos em 2018 foram os menores da última década

A redução dos investimentos em educação não é exclusividade do governo Jair Bolsonaro. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado na última quinta-feira (27), mostra que os gastos não obrigatórios do governo federal com Educação (ou seja, que dependem da vontade do governo) foram, em 2018, os menores da última década.

No ano passado, o MEC investiu R$ 1 bilhão a menos do que havia investido em 2008, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre 2008 e 2013, os investimentos não obrigatórios do MEC cresceram. Mas, a partir de 2014, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, começaram a cair. É dinheiro que ajuda a pagar conte de luz, reformas e salários de terceirizados de escolas.

LEIA MAIS

O Brasil gasta demais com universidade pública? Veja números e comparação com outros países

Qual universidade é mais eficiente, particular ou pública? Educadores respondem

Corte nas universidades é medida equivocada, diz presidente do Todos pela Educação

Nesse cenário, o professor Ricardo Cardoso Amaral, da UFG, quantificou os programas com redução de repasse, com base em dados da Câmara dos Deputados. O Caminho da Escola, que compra novos ônibus, chegou a receber R$ 1 bilhão em 2012, mas caiu para R$ 313 milhões em 2019. O PDDE, que transfere dinheiro para as escolas, teve um pico de R$ 3,6 bilhões em 2013, mas foi enxugado para R$ 1,8 bilhão em 2019. E o programa Concessão de Bolsas de apoio à Educação Básica, que chegou a receber, em seu ápice, R$ 2,3 bilhão em 2014, receberá R$ 893 milhões em 2019.

— Há uma queda histórica nos investimentos em educação do MEC. Em 2014, ainda há valores altos, mas em 2015, ano do impeachment de Dilma, a coisa começa a degringolar. É uma redução em função da crise política e econômica — diz o pesquisador.

Falta de repasse emperra conclusão de creche na Capital

Desde 2016, moradores da zona Sul da Capital aguardam que pedreiros e betoneiras voltem ao trabalho para concluir a construção da Instituição de Educação Infantil Moradas da Hípica. A creche teria capacidade para atender 166 crianças, mas hoje é um esqueleto de concreto abandonado ao centro de um terreno com capim alto. Perece diante da inércia na tentativa de acordo entre a prefeitura e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia que direciona os recursos do MEC para políticas educacionais, para terminar a obra.

Smed afirma que, desde o ano passado, aguarda manifestação do MEC para retomar o empreendimento
Félix Zucco / Agência RBS

— Eu estava grávida da minha primeira filha quando começou a obra, lá em 2011. Achei que poderia contar com a creche para deixar a Manoela e poder trabalhar, mas isso nunca aconteceu — relembra a analista de Recursos Humanos Débora Souza Ferreira, 40 anos.

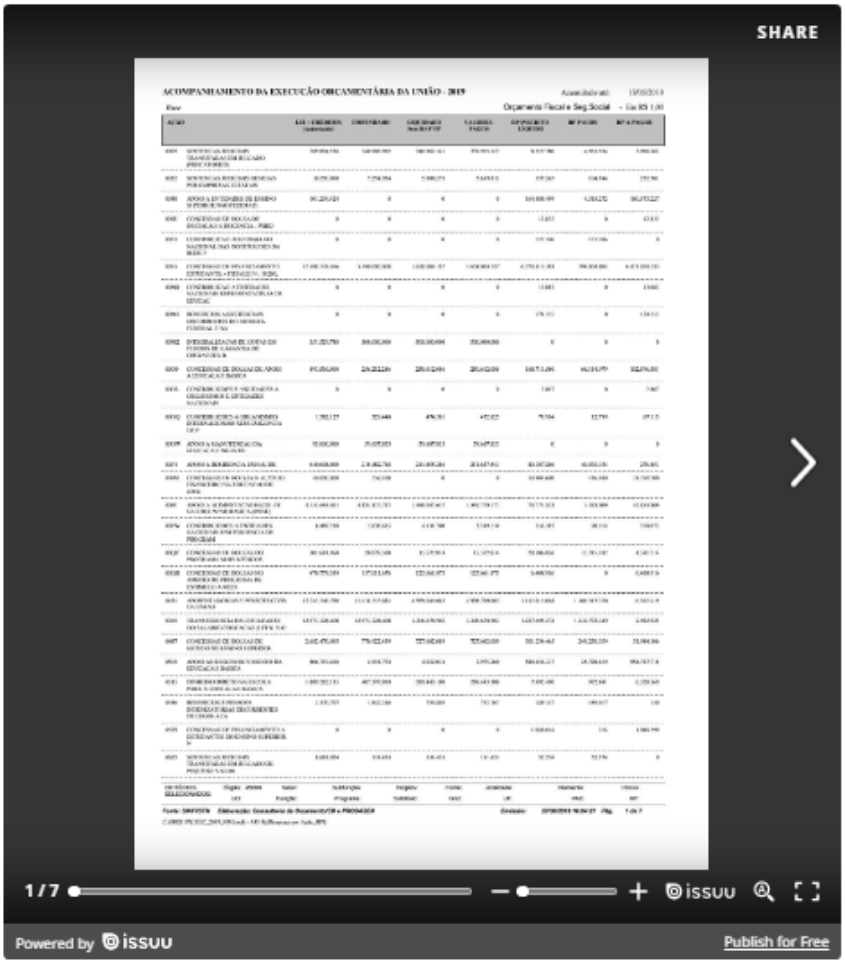
Não apenas a primogênita deixou de ser beneficiada, como também a caçula: a pequena Maria Flor, quatro anos, passa as tardes em casa em razão da dificuldade da família em pagar uma creche particular, com mensalidades em torno de R$ 500 na região.

— Se não formos nós, que outros vizinhos sejam beneficiados um dia por essa creche — insiste Débora.

A obra de R$ 1,4 milhão foi paralisada com 60% das etapas concluídas depois que a construtora desistiu por não ter aprovado um pedido de aditivo feito pela Secretaria Municipal de Educação (Smed). Desde então, o convênio entre prefeitura e MEC emperrou.

A Smed afirma que, desde o ano passado, aguarda manifestação do MEC para retomar o empreendimento. A intenção, explica o órgão, é "licitar as obras tão logo tenha a posição do governo Federal sobre o tema", e diz que já prevê em orçamento as contrapartidas para a conclusão da escola. Procurado pela reportagem, o FNDE não se manifestou até o fechamento desta edição.

Veja o documento da Câmara dos Deputados que acompanha o trabalho do MEC, usado por GaúchaZH para a análise:



Por que fizemos esta matéria?

Durante apuração de reportagem sobre o currículo dos principais nomes do MEC, especialistas em financiamento da educação pública apontaram que o ministério estava com execução orçamentária muito baixa — isto é, não enviava verba para programas no ritmo normal. GaúchaZH então passou a investigar se o cenário se confirmava.

Como apuramos esta matéria?

GaúchaZH acessou o site da Câmara dos Deputados, clicou na aba "LOA", "Relatórios" e, por último, baixou o documento "Banco de Dados Acess p/ download (Execução do Orçamento da União _ Dados até 13/05/2019)". Em seguida, buscou os programas em que a coluna "Valores Pagos" fosse igual a 0 e que a verba autorizada pela Câmara e pela Presidência no ano passado, na coluna "Lei + Créditos", fosse acima de 0. Também foram consultados pesquisadores em educação para entender quais programas, de todos os listados no documento, eram importantes para Estados e municípios.

Quais os cuidados que tomamos para sermos justos?

GaúchaZH utilizou um documento público que a Câmara dos Deputados elabora para acompanhar se o Executivo federal está usando a verba disponível para aplicar em políticas públicas. A reportagem também consultou especialistas em financiamento de educação para olhar as questões mais importantes da área e questionou o MEC sobre o motivo dos atrasos.